



PROCESSO Nº : 199.461-1/2025  
PRINCIPAL : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA  
CARGO : PRIMEIRO TENENTE  
INTERESSADO : M.S.V.  
ASSUNTO : REVISÃO DE REFORMA  
RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

### PARECER Nº 1.702/2025

REVISÃO DE REFORMA. MATO GROSSO PREVIDÊNCIA.  
ALTERAÇÃO DE GRADUAÇÃO. MANIFESTAÇÃO PELO  
REGISTRO DO ATO Nº 257/2025 E PELA LEGALIDADE DO  
CÁLCULO DE PROVENTOS.

## 1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo instaurado para apurar a legalidade, para fins de **revisão de transferência, “ex officio” para inatividade, mediante reforma**, com proventos integrais, concedida ao **Sr. M.S.V.**, inscrito no CPF sob o nº 012.403.911-10, no posto PRIMEIRO TENENTE PM LC/541/2014 N-003, lotado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no município de Cuiabá/MT
2. Os autos da **reforma** foram registrados inicialmente pelo Acórdão nº 242/2020 -PV (Plenário Virtual), em Sessão Plenária do dia 17/08/2020 à 21/08/2020, nos autos do processo nº 29.692-9/2017 e outros.
3. A solicitação da presente **reforma**, pautou-se, *in suma* pela alteração da graduação de “Segundo Tenente” para “Primeiro Tenente”.
4. A 6ª Secretaria de Controle Externo manifestou-se pelo registro do **Ato nº 257/2025**.





5. Por fim, vieram os autos vieram, ao Ministério Público de Contas para análise e parecer conclusivo.
6. É o relatório, no que necessário. Segue a fundamentação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

7. A Constituição Federal de 1988 assegurou ao Tribunal de Contas da União (estendendo tal competência às Cortes de Contas estaduais, por força do seu art. 75) a função de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
8. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual as Cortes de Contas analisam a legalidade, a probidade e moralidade dos encargos suportados pelo erário.
9. Nessa fiscalização são apreciados os requisitos para a inativação, a composição das parcelas dos proventos estabelecidos pela Administração, bem como a fundamentação e o início dos efeitos do referido ato.
10. Verificando-se a regularidade do procedimento de concessão, a Corte admite o registro do benefício previdenciário. Na oportunidade, ocorre o aperfeiçoamento do ato complexo, o qual, mesmo produzindo efeitos desde a sua edição, necessita do registro pelo Tribunal de Contas para sua execução definitiva, reconhecendo-se, também, a regularidade da despesa.
11. Por outro lado, o Tribunal de Contas denegará o registro do ato quando considerá-lo ilegal. Na hipótese, o gestor deverá cessar, imediatamente, qualquer despesa decorrente do referido ato, sob pena de responsabilização pessoal.
12. Pois bem, no vertente caso, o servidor foi transferido “*ex officio*” para inatividade, mediante reforma, com proventos integrais, no posto de Segundo Tenente PM pelo Acordão 242/2020 -PV (Plenário Virtual), em Sessão Plenária do dia 17/08/2020 à 21/08/2020, nos autos do processo nº 29.692-9/2017 e outros.
13. No entanto, em 10/02/2025 foi publicado o Ato nº 257/2025 retificando parcialmente o Ato nº 3.658/2019 de 15/08/2019, o qual corrigiu a graduação de





“SEGUNDO TENENTE” para “PRIMEIRO TENENTE”. Por conseguinte, foi encaminhado ao Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE/MT) o presente processo de revisão.

14. Portanto, verifica-se que houve retificação da transferência “*ex officio*” para inatividade, mediante reforma, do enquadramento e da planilha de benefício após a publicação do ato de reserva e do registro pelo TCE/MT, razão pela qual, em que pese tal situação não implicar a mudança do tempo de contribuição do ato concessório, clama pela retificação do ato de transferência à inatividade, mediante reserva reforma, para fazer constar o posto correto do servidor de PRIMEIRO TENENTE e a consequente reanálise da planilha de proventos aprovada por esta Corte de Contas no momento do registro do ato de reserva remunerada.

15. Neste contexto, evidencia-se que pleito da interessada tem respaldo legal e constitucional, à luz dos dispositivos que regulam a matéria.

### 3.CONCLUSÃO

16. Dessa forma, o Ministério Público de Contas, no uso de suas atribuições institucionais **manifesta pelo registro do Ato nº 257/2025**, bem como pela nova planilha de proventos.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 29 de maio de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>

**WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR**  
Procurador-geral de Contas Adjunto

<sup>1</sup>“Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.”

